



ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO BETESDA ASSISTENCIAL DE RIO CLARO

CAPÍTULO I

Da denominação e Sede

Artigo 1º. – A ASSOCIAÇÃO BETESDA ASSISTENCIAL DE RIO CLARO, doravante intitulada simplesmente como **ABA**, foi constituída em 24 de Março de 2012, e é uma entidade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, beneficente, com sede na Avenida 26, 1.189, Santana, município de Rio Claro, Estado de São Paulo, que se rege pelo presente Estatuto e pela legislação que lhe for aplicável. É uma entidade de atendimento, assessoramento e defesa aos direitos do cidadão, que visa, através de sua atuação social, a transformação da sociedade em uma sociedade mais justa, solidária gerando oportunidades para todos, seja de acesso à saúde, alimentação, cultura, educação, profissionalização, de forma a cumprir a promoção de suas atividades e finalidades.

Artigo 2º. Para cumprir suas finalidades, a Associação poderá abrir e fechar filiais quantas se fizer necessárias, dentro ou fora do território nacional, as quais funcionarão mediante delegação expressa da matriz, e se regerão pelas disposições contidas neste estatuto.

Artigo 3º A Associação tem personalidade jurídica distinta de seus associados e sua duração é por tempo indeterminado.

Artigo 4º. A entidade aqui denominada ABA se regerá pelo presente estatuto, que será sua Lei Maior e por deliberações emanadas pela Assembleia Geral.

Parágrafo único - O exercício social da entidade coincidirá com o ano civil.

CAPÍTULO II

Da Finalidade

Artigo 5º. A ABA tem por finalidade atuar na área da assistência social, sua atividade preponderante, defendendo a proteção social básica do indivíduo, em





especial nos termos da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 e Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.

Parágrafo único. A assistência social será praticada por meio da garantia de defesa do cidadão e seus direitos, desde a criança ao idoso; no atendimento e assessoramento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade, risco pessoal, promovendo ações sócio assistenciais em sintonia com as normas que regem a Política Nacional de Assistência Social e em observância à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estatuto da Juventude, Estatuto do Idoso, a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 – Lei de Apoio à Cultura, e Lei 11.438, de 29 de dezembro de 2006 – Lei de fomento às atividades de caráter desportivo e Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa aos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência e Comunitária, Lei Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006 – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, promovendo, oferecendo e desenvolvendo atividades de atendimento em caráter contínuo, permanente e planejada das seguintes formas:

I. A ABA promove a compatibilidade de sua natureza, objetivos e públicos alvo com a Lei nº 8.742, de dezembro de 1993, com o Decreto nº 6.308, de 13 de dezembro de 2007, com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pela resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, com a Norma Operacional Básica da Assistência – NOB SUAS, aprovada pela resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005 e com a Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de Novembro de 2009 e 16/2010 e Portaria 46/SMADS/2010, republicada em 15/02/2011.

II. A ABA promove o atendimento de forma continuada, e planejada, por meio de prestação de serviços, execução de programas e projetos e concessão de benefícios de proteção social, da proteção básica, na forma de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos; e na proteção especial de média complexidade Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias, Serviços Especializado para Pessoas em Situação de Rua e Serviço Especializado em Abordagem Social de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços



Socioassistenciais e manual de orientações técnicas, sem distinção de raça, sexo, cultura e credo político ou religioso, em caráter de gratuidade.

III. A ABA promove ações e oportuniza o desenvolvimento do cidadão com o objetivo de prevenir situações de risco, garantindo o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis, tendo por base as diretrizes do programa Nacional de Segurança Alimentar e suas normativas.

IV. A ABA promove ações visando o desenvolvimento integral do cidadão, criando oportunidades de acesso à saúde e educação por meio de atendimentos médicos, odontológicos e psicológicos, fisioterápico, farmacêutico e outras condições afins, todas de caráter preventivo e educativo, como ainda atua através de programas, projetos e campanhas com o objetivo prevenir situações de risco, em caráter de gratuidade.

V. A ABA promove ações educativas de cunho social e assistencial para crianças, através de cuidados em instituição própria; e para crianças, adolescentes e jovens, com atividades de incentivo cultural nas áreas de: Música, Reforço escolar, Artes Plásticas, Teatro, Dança, Cinema, Mídias Digitais e outras relacionadas, além do incentivo na formação de atividades de caráter desportivo, como Desporto Educacional ou Pára desportivo, esportes de resultado e outras relacionadas.

VI. A ABA trabalha para despertar a consciência pública para as questões reativas à política integral de direitos, assim como para defender e fomentar os direitos das crianças, jovens e adolescentes no País.

VII. A ABA promove o interesse do poder público e da sociedade para intercâmbios científicos entre pessoas em matérias privadas à prestação de serviços para crianças, adolescentes e jovens contando, inclusive, com organizações nacionais e internacionais.

VIII. A ABA promove medidas, ações, venda de produtos visando a obtenção de recursos com fins econômicos exclusivamente para consecução de seus objetivos.



IX. A ABA trabalha para disseminar no país as boas práticas na atenção às crianças, adolescentes e jovens sem o cuidado parental ou em risco de perdê-lo.

X. A ABA pode, de acordo com suas necessidades, criar e manter **atividade-meio** como instrumento de captação de recursos e suporte financeiro a sua sustentabilidade, à promoção de suas finalidades institucionais, podendo, inclusive promover a venda de bens e serviços e aluguel de imóveis como forma de angariar renda para seus projetos e suas atuações.

CAPÍTULO III

Das Fontes de Recursos para a Manutenção e do Patrimônio

Artigo 6º. Constituem-se fontes de recursos financeiros e econômicos da instituição:

- I - contribuições de associados, pessoas físicas e/ou jurídicas;
- II - mensalidades e anuidades;
- III - usufruto que lhe forem conferidos;
- IV - rendas em seu favor constituído por terceiros;
- V - rendimentos de imóveis próprios ou de terceiros;
- VI - renda patrimonial;
- VII - eventos organizados pela associação;
- VIII - verbas de instituições financiadoras de obras sociais e afins;
- IX - entidades públicas ou privadas.

§ 1º. Os auxílios, verbas e subvenções recebidos oriundos de termos de colaboração, termos de fomento, convênios ou qualquer outro instrumento legal e/ou forma de relação de doação serão aplicados nas finalidades propostas conforme planos apresentados.

§ 2º. A entidade não remunera seus diretores ou órgãos deliberativos, administradores e decisórios da entidade, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores, como não concede vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por





qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, exceto nos casos previstos na lei 13.151/15, de 28 de Julho de 2015, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado em assembleia e registrado em ata.

§ 3º. A Associação não distribui resultados ou lucros, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

§ 4º. A Associação aplica integralmente suas rendas, seus recursos e o eventual resultado operacional em território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Artigo 7º. O patrimônio da Associação é composto por todos os bens móveis e imóveis que possui ou venha a possuir, adquiridos por compra, doações de terceiros ou por outros meios legais, devendo ter registro contábil.

§ 1º. Os bens imóveis de propriedade da Associação não poderão ser alienados ou gravados, salvo proposta aprovada pela Assembleia Geral.

§ 2º. Os bens móveis inservíveis poderão ser alienados, permutados ou doados pela Diretoria, que deverá registrar as operações, constando do relatório anual para ciência da Assembleia Geral.

§ 3º A ABA manterá escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade mantendo a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão e dará publicidade ao relatório de atividades e demonstrações financeiras, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão (conforme inciso IV do Art. 33 da Lei 13019/14 de 31 de Julho de 2014).





§ 4º A ABA realizará, quando necessário ou solicitado, auditorias, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;

§ 5º A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV

Constituição e Forma de Gestão Administrativa

Artigo 8º. A Associação terá como órgãos diretivos:

- I - Assembleia geral;
- II - Diretoria administrativa;
- III - Conselho fiscal.

CAPÍTULO V

Da Assembleia Geral Ordinária

Artigo 9º. Quadrienalmente, na segunda quinzena do mês de março, será realizada a Assembleia Geral Ordinária e a ela competirá:

- I - proceder à eleição da diretoria;
- II - proceder à eleição dos membros do conselho fiscal;

Artigo 10º. A Assembleia geral ordinária ou extraordinária constitui órgão soberano dos associados, dela podendo participar os sócios em pleno gozo dos direitos que lhes confere este estatuto.

Artigo 11º. A convocação das assembleias gerais será realizada por meio de edital fixado na sede da Associação com antecedência mínima de 8 (oito) dias e por meios de comunicação cadastrados de seus associados, sendo certo que do edital de convocação deve constar a pauta com a discriminação dos trabalhos e assuntos que serão discutidos, não se admitindo a discussão de assuntos diversos, a não ser que na própria assembleia decida-se pela urgência do tema ali trazido, analisando-o de imediato.





Parágrafo único. Para decidir a respeito de assuntos estranhos à ordem do dia, deve a votação reunir pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos presentes.

Artigo 12º. A assembleia será presidida pelo presidente da diretoria administrativa, que dirigirá os trabalhos, fornecendo as informações que lhe forem solicitadas pelos associados presentes.

Artigo 13º. O presidente da assembleia escolherá um secretário que lavrará a respectiva ata.

Parágrafo único. O diretor que se fizer ausente injustificavelmente por mais de 2 (duas) convocações de assembleia será suspenso de suas atribuições e na próxima assembleia convocada a diretoria decidirá sobre sua permanência.

Artigo 14º. As votações serão públicas ou secretas, conforme a própria assembleia resolver e apuradas por 2 (dois) escrutinadores nomeados pela assembleia.

Artigo 15º. As Assembleias Gerais serão constituídas em primeira convocação com a maioria absoluta dos associados e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número, deliberando pela maioria simples dos votos dos presentes.

Artigo 16º. No caso de empate nas votações da Assembleia o Presidente terá voto de qualidade.

Artigo 17º. No caso de ausência e impedimentos do Presidente administrativo, compete ao Secretário dirigir os trabalhos, na ausência ou impedimento deste compete à Assembleia designar substituto para dirigir os trabalhos.





CAPÍTULO VI

Da Assembleia Geral Extraordinária

Artigo 18º. A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessária e regularmente convocada pelo presidente administrativo em exercício ou pelo mínimo de 1/5 (um quinto) dos associados, e instalar-se-á em primeira chamada com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados e em segunda chamada, trinta minutos após, com qualquer número de associados deliberando-se por maioria simples.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal, com o aval de todos os seus membros, para tratar de assuntos de sua competência de caráter de urgência, poderá convocar a Assembleia Geral Extraordinária.

Artigo 19º. Compete à Assembleia Geral Extraordinária

- I - deliberar sobre alterações no presente Estatuto;
- II - discutir e aprovar os resultados do exercício e as contas aprovadas pelo Conselho Fiscal;
- III - apreciar recursos contra decisões da Diretoria;
- IV - aprovar exclusão de associados;
- V - deliberar sobre a destituição do Presidente, ou qualquer outro membro da diretoria.
- VI - decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VII - discutir e deliberar sobre os demais assuntos de interesse da associação para os quais for convocada;
- VIII - decidir sobre a extinção da Associação;
- IX - aprovar o regimento interno;
- X - alterar o estatuto;

Art. 20º. Para as deliberações relativas a alterações estatutárias, a destituição do Presidente e do Conselho Fiscal e a dissolução da associação, exigir-se-á voto de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo a Assembleia deliberar, em primeira convocação, sem a



[Handwritten signatures and initials]



presença da maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

CAPÍTULO VII

Da Diretoria

Artigo 21º. A diretoria é o órgão administrativo da ABA, que será constituída por 06 (seis) membros, os quais ocuparão os cargos de: Presidente, Vice- Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros.

§ 1º. A diretoria será eleita pela assembleia geral ordinária, por escrutínio secreto, (ou) voto aberto ou nomeação, sendo a forma decidida pela própria assembleia, e podendo o membro eleito ser reeleito, bem como tendo os membros do conselho fiscal mandato de quatro (4) anos.

Artigo 22º. A diretoria reunir-se-á mensalmente, em dia previamente designado, sem prejuízo de reuniões extraordinárias, que poderão ser convocadas pelo presidente, quando julgar necessário.

Artigo 23º. As decisões da diretoria serão tomadas pela maioria simples de votos.

Artigo 24º Nas decisões em que se verificar empate, o presidente terá voto de qualidade.

Artigo 25º. Sem prejuízo das responsabilidades que caibam aos outros membros da diretoria, no exercício das respectivas funções, o presidente será responsável perante o conselho fiscal, pela administração e orientação geral da Associação.

Artigo 26º. Compete a diretoria:

I - Dirigir a Associação, de acordo com o presente estatuto, e administrar o patrimônio social.

II - A diretoria poderá criar quantos departamentos, setores e núcleos de atividades que julgar necessários ou que forem exigidos por atendimento e relação





com o poder público, sendo sua organização feita com a coordenação do presidente que é em ex-officio membro de todos os departamentos.

III – Contratar profissionais especializados para o atendimento dos assistidos pela Associação.

IV – Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as decisões da Assembléia Geral.

V - Representar e defender os interesses de seus associados.

VI - Elaborar o orçamento anual.

VII - Alterar o endereço da sede.

Artigo 27º. Compete ao presidente administrativo:

I - Nomear os demais membros da diretoria;

II - Administrar e representar a Associação ativa e passivamente, perante os órgãos públicos, judiciais e extrajudiciais, inclusive em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir procuradores e advogados para o fim que julgar necessário.

III - Cassar o mandato dos membros da diretoria, fundamentando a sua decisão;

IV - Convocar e presidir as assembleias gerais e as reuniões da diretoria;

V - Assinar a correspondência dirigida ao público e as autoridades superiores;

VI - Rubricar todos os livros e documentos oficiais;

VII - Assinar sozinho ou em conjunto com o tesoureiro, cheques e quaisquer documentos que envolvam responsabilidades financeiras;

VIII - Assinar sozinho ou em conjunto com o secretário toda a correspondência, diploma, etc;

IX - Autorizar as despesas previstas no orçamento;

X - Autorizar a divulgação dos atos administrativos;

XI - Solucionar os casos omissos, de caráter urgente, providenciando a sua inclusão na legislação interna;

XII - Elaborar, conjuntamente com o tesoureiro, o balancete mensal e anual da receita e despesas, para apreciação e aprovado do conselho fiscal;

XIII - Assinar a escritura de compra e venda relativa a bens da instituição, mediante autorização constante da ata de reunião da diretoria executiva;

XIV - Assinar documento de compra e venda de veículos da instituição, mediante autorização constante da ata de reunião da diretoria executiva;





XV - Fiscalizar a fiel observância da legislação interna e as leis.

Parágrafo Único – Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

Artigo 28º. Compete ao tesoureiro:

I - executar os serviços da tesouraria e escrituração dos livros de contabilidade, sob a orientação do presidente;

II - arrecadar as taxas de mensalidade dos associados, receber verbas e outras rendas destinadas à manutenção da Associação;

III - assinar com presidente os cheques para retirada de numerários, bem como quaisquer documentos que acarretem responsabilidades financeiras;

IV - apresentar mensalmente à diretoria o balancete demonstrativo da receita e despesa;

V - apresentar anualmente o balanço para ser encaminhado ao conselho fiscal, para análise e aprovação;

Parágrafo Único – Compete ao 2º Tesoureiro, substituir o 1º Tesoureiro, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

Artigo 29º. Compete ao secretário;

I - dirigir os trabalhos da secretaria, preparando o expediente a ser encaminhado à diretoria, à presidência, ao conselho fiscal e à assembléia geral;

II - assinar sozinho ou em juntamente com o presidente as correspondências;

III - assinar com o presidente os títulos honoríficos e diplomas concedidos pela Associação;

IV - secretariar as assembleias gerais e reuniões da diretoria, lavrando as respectivas atas;

V - manter em ordem o arquivo da Associação sugerindo ao presidente todas as medidas julgadas úteis ao bom andamento do serviço de secretaria;

VI - auxiliar o tesoureiro no desempenho de suas funções;

VII – conservar o cadastramento geral de todos os bens e imóveis e moveis com as anotações de inventário em ordem.

VIII – representar o presidente quando necessário e solicitado, sendo necessário uma autorização escrita.





Parágrafo Único – Compete ao 2º Secretário, substituir o 1º Secretário, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

Artigo 30º. Quando o tesoureiro obtiver licença por prazo superior a 30 (trinta dias), o segundo tesoureiro ou primeiro secretário poderão exercer a função de tesoureiro, cabendo ao presidente decidir em caráter de conveniência a melhor pessoa para ocupar a função.

Parágrafo único- O secretário poderá ser empossado no cargo, no caso de impedimento definitivo do tesoureiro, ficando o segundo secretário empossado no lugar do primeiro que assume como primeiro secretário, ato esse que deve ser devidamente homologado pela Assembleia Geral Extraordinária.

CAPÍTULO VIII

Do conselho fiscal

Artigo 31º. O conselho fiscal será composto por 3 (três) membros eleitos por 4 (quatro) anos, pela mesma assembleia geral que eleger a diretoria.

Artigo 32º. Aos membros do conselho fiscal compete:

I- examinar a escrituração da Associação, verificando a exatidão dos lançamentos contábeis;

II - dar parecer sobre a aplicação de numerários da Associação;

III - dar parecer sobre qualquer matéria financeira submetida ao seu exame;

IV – auxiliar e fiscalizar a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;

V - dar parecer sobre os balancetes mensais e sobre o balanço anual e sobre os relatórios financeiros e de contabilidade e sobre as operações patrimonial realizadas.



[Handwritten signatures and initials]



CAPÍTULO IX

Do Quadro Social

Artigo 33º. O quadro social é constituído por número ilimitado de pessoas, maiores de 16 anos, sem distinção de nacionalidade, sexo, cor, credo religioso ou político.

CAPÍTULO X

A admissão, exclusão e demissão de associados

Artigo 34º. - A admissão de associados será feita por proposta escrita pelo candidato e endereçada ao presidente que irá aprovar sua admissão e já sendo a partir da data de aprovação considerado associado pleno.

Artigo 35º – Após a aprovação do novo associado deverá ser reconhecida em assembleia em que já poderá exercer poder de voto.

Artigo 36º. Os associados de qualquer categoria que infringirem as disposições deste estatuto, bem como os regulamentos internos vigentes, serão passíveis das penalidades abaixo, aplicadas pela Diretoria:

- I - advertência;
- II - suspensão;
- III - demissão;
- IV - exclusão

Parágrafo único – Serão demitidos os associados que voluntariamente solicitarem esta demissão; bem como por motivos de falecimento, doença grave, ausência injustificada em assembleia geral ordinária, ou duas ausências injustificadas em assembleia extraordinárias;

Artigo 37º. A pena de advertência será aplicada ao associado que deixar de cumprir as normas estatutárias e regulamentos.





Parágrafo único. Em caso de reincidência o associado será passível de suspensão.

Artigo 38º. A pena de suspensão será aplicada pela diretoria, quando:

- I - o associado incorrer em falta grave ou quando já houver sido advertido conforme parágrafo único do artigo anterior.
- II - o associado for suspeito por ato desabonador e que o torne inidôneo ao convívio social.
- III - o associado oferecer, incentivar ou mesmo facilitar o uso esporádico ou contínuo de qualquer substância proibida por lei.

Parágrafo único. A suspensão se dará durante o cumprimento da pena, porém receberá assistência da Associação.

Artigo 39º. A pena de exclusão será aplicada ao associado que:

- I - reincidir em infração anteriormente punida com suspensão e a falta for considerada grave.

Artigo 40º. A exclusão do associado se dará, com a obediência e respeito aos princípios da ampla defesa e contraditório, nas seguintes situações:

- I - prática de ato de improbidade administrativa;
- II - incontinência de conduta ou mau procedimento.
- III - negociação habitual por conta própria ou alheia, em nome da instituição sem sua permissão;
- IV - desídia no desempenho das respectivas funções;
- V - embriaguez habitual, uso de drogas e outros vícios danosos a saúde e a moral.
- VI - violação de segredo da instituição, bem como expor a intimidade das crianças residentes ou participantes dos projetos oferecidos, bem como da diretoria;
- VII - prática de ato de indisciplina ou insubordinação;
- VIII - abandono do cargo e atividades instituídas;
- IX - prática de ato lesivo da honra, ou da boa fama praticado no desempenho das funções contra diretores, dirigentes e superiores hierárquicos ou qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo no caso de legítima defesa, própria ou de outrem;





X – quando o associado que for condenado em sentença passada em julgamento, por ato desabonador e que o torne inidôneo ao convívio social.

Art.41º. Das penalidades aplicadas caberá recurso para a Assembleia Extraordinária especialmente convocada para este fim, no prazo de 10 (dez) dias a contar da comunicação da decisão.

CAPÍTULO XI

Dos Direitos e Deveres dos Associados

Artigo 42º. São direitos dos associados:

- I - votar e ser votado ou nomeado para cargo diretivo;
- II - solicitar a convocação de assembleia geral extraordinária, nos termos do estatuto;
- III – Tomar parte nas assembleias gerais.
- VI - exercer com relação aos demais associados, função fiscalizadora, levando ao conhecimento da diretoria, possíveis falhas.

Artigo 43º. São deveres dos associados:

- I - contribuir de maneira decisiva para o bom funcionamento da Associação no cumprimento de seus objetivos;
- II - evitar dentro da associação qualquer manifestação de caráter político, discriminatório;
- III - respeitar e cumprir fielmente as disposições deste estatuto, bem como dos regimentos internos e demais deliberações sociais;
- IV - comunicar por escrito à diretoria, modificação de endereço,
- V - procurar apresentar novos associados para o quadro de associados contribuintes;
- VI – Contribuir financeira para manutenção da entidade;
- VII - apresentar por escrito à diretoria sugestões visando melhoria de atendimento ao adolescente/criança.



CAPÍTULO XII

Das Disposições Gerais



Artigo 44º. São direitos da ABA:

- I - receber contribuições mensais ou anuais de cada associado conforme determinação da assembleia geral;
- II - receber verbas federais, estaduais, municipais, de industriais, comércio e de pessoas físicas e jurídicas.

Artigo 45º. São deveres da Associação:

- I - cumprir as finalidades de orientar a criança, o adolescente, o jovem e a família;
- II - ser relevante na sociedade promovendo projetos que possam contribuir para a efetiva transformação da nossa sociedade estando atualizada diante das novas demandas apresentadas;
- III - cumprir fielmente as finalidades propostas neste estatuto, auxiliando os mais necessitados e promovendo a profissionalização, incentivando a abertura de campos de trabalho;
- IV - observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência em suas atribuições e participações.

Artigo 46º. Qualquer membro da diretoria que necessite licenciar-se por prazo superior a 30 (trinta) dias deverá comunicar por escrito, sendo que o presidente irá nomear um substituto provisoriamente, quando não houver suplente, e em caso de impossibilidade do retorno, fica seu substituto efetivado em seu lugar até próxima assembleia convocada especialmente para essa finalidade.

§ 1º. O membro da diretoria que for exonerado, ou renunciar ao cargo, terá seu suplente automaticamente empossado; não havendo suplente fica ao presidente o dever da nova nomeação, como disposto artigo no 27, inciso I, até próxima assembleia extraordinária.

§ 2º. No caso de vacância do presidente assume o vice-presidente e ou o primeiro tesoureiro, que devem em comum acordo administrar respondendo



solidariamente a responsabilidade até próxima assembleia extraordinária que será convocada em prazo não superior a 15 (quinze) dias.



Artigo 47º. O mandato de todos os poderes da ABA são de 4 (anos) anos, sendo permitido a reeleição para vários mandatos consecutivos.

Artigo 48º. Os imóveis poderão ser alugados em parte, ou integralmente, para manutenção da entidade, independente da finalidade do locador, respeitando o princípio das atividades compatíveis com os valores da associação e desde que não interfiram nas atividades fins da associação.

Artigo 49º. Para o exercício de qualquer cargo de nomeação ou eleição o candidato precisa necessariamente ser associado, e não ser membro do Poder ou do Ministério Público, ou ainda já dirigente de entidade da administração pública, nos termos do previsto no inciso III do artigo 39 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

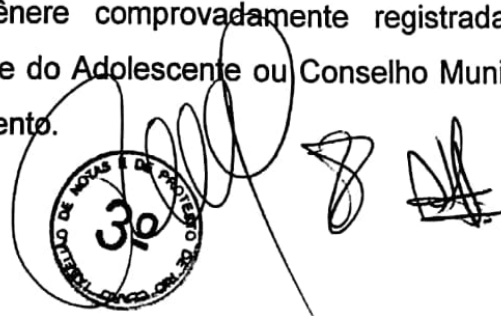
Artigo 50º. Qualquer alteração deste estatuto somente será válida após aprovação em assembleia geral extraordinária especialmente convocada para este fim e tem validade no ato assinatura.

Artigo 51º. Os associados não serão subsidiariamente e nem solidariamente responsáveis pelos compromissos, encargos e obrigações da entidade, expressa ou tacitamente assumidos pelos diretores da Associação.

Artigo 52º. A ABA somente poderá ser dissolvida por motivos de força maior:

§ 1º. Considerar-se-á força maior para o fim deste artigo, além dos casos previstos em lei, qualquer eventualidade que torne inexecutível a existência da Associação.

§ 2º. No caso de dissolução da Associação os bens pertencentes às mesmas serão entregues a uma entidade congênere comprovadamente registrada no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente ou Conselho Municipal de Assistência Social e em pleno funcionamento.






§ 3º. No caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos das Leis nº 9.790/99, 13.019, de 31 de julho de 2014, e 13.204, de 14 de dezembro de 2015 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta, nos termos do previsto pelo inciso III do artigo 33 da Lei nº 13.019/14.

§ 4º. Na hipótese de perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

Artigo 53º. Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos pela diretoria e referendados pela assembleia geral.

Artigo 54º. O presente estatuto poderá ser reformado no todo ou em parte em qualquer tempo conforme determina o artigo 59 do código civil e entrará em vigor na data de sua aprovação devendo ser registrado em cartório.

Rio Claro, 06 de Março de 2018.


Ricardo Alexandre Pusandze Junior
Secretário da Assembleia


Luis Henrique Biazon
Presidente da Associação


Ruben Rodrigues de Oliveira
OAB 267.801

3 TABELIAO DE NOTAS E DE PROTESTO
S E TITULOS DE RIO CLARO - SP AV.
9421-CENTRO FONE:(19)3534-1416
HERIKO DESTRI CUNHA - TABELIA

Reconheço, por semelhança SEM VALOR, a(s)
firma(s) de: LUIS HENRIQUE BIAZON(32055).
Dou fé.
RIO CLARO - SP, 06 de Março de 2018.
Em Test. da verdade.
ARIANA DE VARGAS LEITE FRAGNAN
Valor Unitário: R\$ 6,09; Total: R\$ 6,09.
Código Segurança: 4951485150484956494849554
953 Valido somente com o selo de autenticidade





Relação dos sócios, presentes na Quinta Assembleia Ordinária da Associação
Betesda Assistencial de Rio Claro:

NOME	ASSINATURA
Cláudia Helena Peruchi Biazon	
Eugênio dos Santos	
Jaqueline Mubarak	
Jeferson Fernandes da Silva	
Jose Bartolomeu da Costa	
Julio César Laguna	
Luis Henrique Biazon	
Ricardo Alexandre Pusandze Junior	
Thiago Gabriel Alves Moreira	

